

A CASA DA MISERICÓRDIA: ESPAÇOS ASSISTENCIAIS E ARQUITETURA CIVIL*

DOI: 10.17401/lexicon.s.2-balsadepinho

Joana Balsa de Pinho
Universidade de Lisboa
joanabalsapinho@gmail.com

Abstract

The House of Mercy: welfare spaces and civil architecture

From the end of the Middle Ages until the early Modern Age, procedures and institutions related to assistance underwent a process of reorganization and reform, across Europe as a whole. In Portugal, this process had a particularity, with the creation and dissemination, throughout the territory, of the confraternities of Mercy (Misericórdias), that would ensure the practice and management of assistance works and institutions.

Since the first foundations, it is possible to see a very close relation between the Misericórdias and architecture, since the existence of a built space was essential for the confraternities to carry out a charitable program, manage their assets and their daily lives. It is in this context that a specific architectural type is developed, the House of Mercy.

This paper aims, on the one hand, to highlight the profound relation that can be established between residential spaces and care spaces, as well as the different forms that this has taken, and, on the other hand, to contribute to the debate around the understanding and the typological classification of House of Mercy, as an example of civil architecture.

Keywords

Assistance Architecture, Civil Architecture, House of Mercy, Hospital, Confraternities of Mercy (Misericórdias)

Considerações iniciais

A assistência é um tema de investigação multidisciplinar; a sua abrangência convoca questões políticas, sociais, económicas e religiosas e tem granjeado a atenção de investigadores de diferentes ramos da História. Também a História da Arte tem nesta temática um amplo campo de ação que, em Portugal, até ao momento, tem sido muito pouco explorado para os períodos das idades Média e Moderna¹. São exceções algumas abordagens temáticas² ou monográficas – estudos de caso de instituições concretas³ – e investigações realizadas sobre a época contemporânea, nas quais se destacam diferentes estudos, nomeadamente realizado por arquitetos⁴. Neste âmbito, este texto propõe-se aprofundar o contributo histórico-artístico para o conhecimento da arquitetura assistencial, designadamente daquela que foi promovida pelas Misericórdias. Para tal, foram consideradas e analisadas as Misericórdias fundadas no século XVI, os dados históricos relativos à fundação das confrarias, aspetos relativos à instalação da Casa da Misericórdia e as suas características arquitetónicas-artísticas.

O estudo desta temática tem sido parcelar e essencialmente baseado em estudos de caso⁵, o que não permite abordar de forma global as grandes questões inerentes ao fenómeno arquitetónico no contexto das Misericórdias. A proposta que agora se apresenta opta por uma análise sistemática do fenómeno e destaca especificamente a relação profunda que se pode estabelecer entre espaços residenciais e espaços assistenciais durante o século XVI, assim como as diferentes formas como esta relação foi concretizada. De igual modo, procurar-se-á dar um contributo para o debate em torno do entendimento e da classificação tipológica da Casa da Misericórdia, que tem sido entendida pela

historiografia como uma manifestação de arquitetura religiosa, mas que se considera estar mais próxima da arquitetura civil.

Arquitetura assistencial em Portugal durante a Idade Moderna: as Casas da Misericórdia

Os alvares da Modernidade constituíram, em termos assistenciais, um período de reforma e de reorganização. Este processo, que na Europa se iniciou em meados do século XIV⁶, concretizou-se efetivamente em Portugal apenas em finais do século XV, embora já anteriormente se tivessem registado algumas iniciativas que faziam antever o início do processo⁷. No território português, esta dinâmica, na qual a Coroa desempenhou um papel muito relevante, consubstanciou-se em diversos vetores: a nomeação de administradores para gerirem as instituições assistenciais; a obrigatoriedade da redação de tombo de propriedade e de apresentação de documentos que comprovassem a fundação e a legítima administração das instituições; a fundação de novas instituições e a fusão das pequenas unidades assistenciais, limitadas económica e administrativamente, numa de maiores dimensões, com mais recursos e meios para a gestão e prática da assistência.

Especificamente em Portugal, a fundação das Misericórdias daria a este processo reformador e reorganizativo um cariz particular e marcaria de forma indelével a história da assistência no país. As Misericórdias eram confrarias de leigos, organizadas sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, que prosseguiram o cumprimento das 14 Obras de Misericórdia e propunham uma abordagem diversa das experiências confraternais que as haviam antecedido, exibindo uma espiritua-

lidade inserida na Devotio Moderna e um escopo de assistidos que transcendia os membros da própria confraria⁸.

A criação das Misericórdias, e a sua rápida difusão por todo o país, teve como resultado a modificação da realidade institucional assistencial, e esta, consequentemente, implicou a alteração do panorama da arquitetura assistencial. A maior parte da arquitetura assistencial medieval tinha um carácter vernáculo, caracterizando-se por uma evidente simplicidade construtiva e arquitetural e sendo composta por edifícios de pequena escala, cujo elemento determinante era a funcionalidade. Mais do que em qualquer outra tipologia arquitetónica, interessava, em primeiro lugar, que o edifício pudesse cumprir a função a que estava destinado, estando a sua forma condicionada pela sua função. Os edifícios promovidos pelas Misericórdias continuaram a registar esta importância da funcionalidade, mas começam a demonstrar uma complexificação espacial e organizativa. Embora pudessem exibir dimensões distintas, as Casas da Misericórdia eram constituídas por um conjunto de espaços com funções específicas, relacionadas com a atividade, quotidiano e vivência confraternais, concebidos tendo em conta esta função e articulados entre si, criando uma espacialidade própria. Além destes espaços e espacialidades, exibiam características volumétricas e de organização e decoração de fachadas que atribuíam aos edifícios sede das confrarias da Misericórdia algumas particularidades no contexto da produção artística nacional⁹.

De casa particular a casa de assistência

Após a sua fundação, e para assegurarem as condições necessárias ao cumprimento da função para que haviam sido instituídas, as Misericórdias procuraram um espaço construído onde ancorar a sua atividade. Dadas as circunstâncias inerentes a uma recente fundação – sem histórico de atividade e com poucos meios financeiros e materiais –, muitas destas confrarias procuraram o apoio institucional necessário, que se consubstanciou, em muitos casos, na cedência de um espaço para a

instalação da sede da confraria. Esta concessão, bem como a respetiva ocupação por parte das Misericórdias de um espaço preexistente, que podia ser uma dependência num edifício ou um edifício na sua totalidade, geralmente sem uso ou com uma funcionalidade assistencial similar à da confraria, foi maioritariamente transitória. Após um período variável, as Misericórdias optaram por construir de raiz uma sede para acolher a sua atividade e abandonaram estes edifícios. Todavia, também se registam alguns casos em que esta ocupação foi permanente, tendo, para o efeito, os edifícios sido intervencionados de forma a melhor se adaptarem à sua nova funcionalidade, uma vez que a sua função inicial, aquela para que haviam sido concebidos, não era servirem de sede às confrarias da Misericórdia¹⁰.

Estes edifícios preexistentes ocupados pelas confrarias da Misericórdia eram de diferentes tipologias, embora, maioritariamente, de natureza religiosa: igrejas, capelas e ermidas, mas também arquiteturas civis. Destas arquiteturas civis que estiveram na origem de Casas da Misericórdia, destacam-se os hospitais, dadas as afinidades funcionais entre estas instituições e as Misericórdias, e do conjunto dos hospitais medievais salientam-se os hospitais do Espírito Santo [fig. 1]. A relação entre as Misericórdias e estes hospitais e confrarias foi já devidamente explorada pela historiografia e está fortemente relacionada com um número significativo de fusões que ocorreram entre as duas confrarias¹¹. Todavia, algumas Misericórdias, após a sua fundação, instalaram-se igualmente em hospitais pertencentes ou geridos por outras instituições hospitalares, como foram os casos das Misericórdias de Barcelos, que ocupou o Hospital de Santa Maria, de Estremoz, que se instalou no Hospital de Nossa Senhora dos Mártires [fig. 2], e de Freixo de Espada à Cinta, que se erigiu no hospital da vila. De igual modo, em Moura, a Misericórdia estabeleceu-se no hospital da vila, em Santarém, no Hospital de Jesus Cristo/João Afonso, e em Serpa, no Hospital de Nossa Senhora¹².

Um outro fenómeno digno de nota que relaciona a arquitetura civil com as Misericórdias é o aproveitamento de antigas Casas



Fig. 1. Évora de Alcobaca. Casa da Misericórdia, antiga Casa do Espírito Santo, fachada principal.



Fig. 2. Estremoz. claustro do antigo hospital, posteriormente ocupado pela Misericórdia.

da Câmara para a construção de Casas da Misericórdia, fenómeno ocorrido após a construção de novos edifícios para sede do município e o abandono dos primitivos. Em Tavira, em 1522, a Misericórdia fez um acordo com a câmara para «darem a dita casa da Camara e audiência para a Sancta Misericórdia, tamto que se acabase a outra [a nova] [...] e que a Sancta Misericórdia lamçase mão dela e fizese dela o que quisesse como cousa sua». Este acordo foi feito a pedido do rei e, «porquanto [a Misericórdia] nam tinha casa e era guasto em alugar casas como alugava»; esta doação foi confirmada por carta régia de 6 de agosto de 1524¹³. Situação semelhante ocorreu em Arronches, onde a Misericórdia ocupou, por doação de D. João III, as antigas casas da audiência para no local instalar a Casa da Misericórdia, pois a casa onde funcionava «estava muito velha»¹⁴.

Por último, importa destacar as casas particulares que foram transformadas em Casas da Misericórdia, em consequência de doações feitas por indivíduos que promoveram a fundação da confraria ou a patrocinaram. Embora existam diversas referências a cedência de casas particulares, referir-se-ão apenas os casos que apresentam detalhes significativos para a compreensão do fenómeno. Interessa igualmente destacar que os edifícios hoje existentes não mantêm quaisquer vestígios destas primitivas construções de habitação.

Primeiramente, interessa referir a Misericórdia de Alverca, caso em que a doação das casas está aliada à fundação da própria confraria. Ao falecer, Solana Teixeira, natural da ilha da Madeira mas moradora em Alverca, deixou em testamento «as suas cazas em que estavam os presos para Mizericórdia e dezoyto mil reis para huma bandeyra, fazendosse a obra em dez annos»¹⁵. Apesar desta referência, a confraria acabaria por não se instalar neste local, «mas em outras [casas] que lhes derão por ellas mais acomodadas para a ditta obra»¹⁶. É interessante notar que, neste caso particular, as casas de Dona Solana serviam já fins públicos, ou seja, serviam de cadeia, mas a proprietária procurava atribuir-lhes um destino mais pio.

Em Montemor-o-Novo, em 1513, Rui Mendes Gago e a sua mulher deixaram um legado à Misericórdia composto por vá-

rias propriedades e pela sua casa de habitação. Segundo o testamento do casal, após o seu falecimento, na casa deveria edificar-se a sede da confraria e, para concretização da obra, a instituição poderia alienar parte dos bens que lhe tinham sido doados, exceto as terras de pão [fig. 3]¹⁷.

Também a Misericórdia do Montijo ocupou casas doadas por Nuno Álvares, com o objetivo de nelas se ordenar a confraria. Em meados do século XVI, o arcebispo de Lisboa outorga uma carta de licença à Misericórdia para numa das divisões das referidas casas se levantar um altar para celebrar missa [fig. 4]¹⁸. Além de casas, alguns particulares doavam às Misericórdias capelas privadas pertencentes a estas famílias locais, onde as confrarias instalavam os seus espaços de culto e sede, o que sucedeu com as Misericórdias de Colares e Murça¹⁹.

Ainda no âmbito da utilização e aproveitamento de edifícios civis pelas confrarias da Misericórdia, cabe mencionar o caso da Misericórdia de Beja. Nesta localidade, a confraria viria a instalar-se num edifício construído para açougue, o qual recebera por doação do infante D. Luís. Após a conclusão da obra, o duque de Beja considerou que o edifício tinha tal qualidade, que não poderia ser usado para o fim a que se destinava, pelo que o doou à Misericórdia para que no local se instalasse a sede da confraria. Ainda que o edifício tivesse sido concebido com um carácter civil, embora de âmbito comercial, as suas características arquitetónicas não se adapta-



Fig. 4. Montijo. Casa da Misericórdia.



Fig. 3. Montemor-o-Novo. Pátio da Casa da Misericórdia.

vam ao novo uso [fig. 5 e 6]. Este facto desencadeou uma intervenção que incidiu na ampliação do espaço destinado à igreja, no entaipamento das arcadas, abrindo-se vãos de porta e de janela, no acrescentamento de um espaço para a casa do despacho na parte posterior do edifício e na colocação de um campanário na fachada principal²⁰.

Arquitetura civil vs. arquitetura assistencial: a caracterização tipológica da Casa da Misericórdia

Entre as Casas da Misericórdia e a arquitetura civil existe um outro nexa que interessa enfatizar, o qual se deduz da análise dos edifícios quinhentistas que ainda hoje subsistem e que se relaciona com a classificação tipológica que se pode atribuir à Casa da Misericórdia. Desde sempre, a historiografia tem classificado os edifícios construídos pelas Misericórdias como arquitetura religiosa²¹, classificação que tem reflexos na forma como estas construções são designadas: “igreja da Misericórdia”, “igreja da Misericórdia e anexos”, “igreja e hospital da Misericórdia”, “igreja e casa do despacho”. Para

este entendimento dos edifícios das Misericórdias, e respetiva classificação tipológica, contribuíram igualmente algumas intervenções arquitetónicas que estes edifícios sofreram. Destas intervenções, destacam-se as demolições de construções com funções assistenciais que estavam adossadas às igrejas e que, ao desaparecerem, contribuíram para a proeminência da igreja e para uma visão individualizadora dos espaços [fig. 7 e 8]. De igual modo, as remodelações barrocas que afetaram as Casas da Misericórdia – e que efetivamente marcam uma abordagem diferente aos edifícios das Misericórdias – deram um maior destaque às igrejas no contexto do conjunto edificado, nomeadamente ao nível das fachadas principais exteriores, conformando-as com as características dos edifícios conventuais e paroquiais, com destaque para a introdução de duas torres. Este conjunto de circunstâncias acabaria por condicionar a historiografia, que irá destacar a igreja no contexto da Casa da Misericórdia, alimentando uma visão individualizadora, considerando a igreja, o hospital e a casa do despacho como unidades arquitetónicas autónomas. E como a igreja se destaca, também por ser um espaço com uma função religiosa, sacral, a arquitetura produzida pelas Mise-



Fig. 5. Beja. Casa da Misericórdia, fachadas exteriores, edifício inicialmente construído para o açougue da cidade (fotografia após o restauro de anos 40 do século XX).



Fig. 6. Beja. Interior da igreja da Casa da Misericórdia, edifício inicialmente construído para o açougue da cidade de Beja (fotografia após o restauro de anos 40 do século XX).



Fig. 7. Mogadouro. Casa da Misericórdia antes da demolição do edifício do hospital (fotografia de particular).



Fig. 8. Mogadouro. Casa da Misericórdia após a demolição do edifício do hospital.

ricórdias foi classificada como arquitetura religiosa. Todavia, fruto de uma investigação sistemática, que analisou os vestígios arquitetónicos quinhentistas subsistentes e a documentação coeva, é possível ajustar esta classificação tipológica, assim como fazer uma proposta conceptual mais coerente e ajustada à realidade patrimonial das Misericórdias e que valorize a sua identidade patrimonial.

A primeira ideia que interessa destacar é a de que as fontes documentais quinhentistas relativas a diversas Misericórdias dispersas pelo país, quando se referem ao edifício sede da confraria, usam a expressão “Casa da Misericórdia”. Esta nomenclatura, que deixa transparecer um conceito, coincide perfeitamente com os vestígios materiais existentes. Os edifícios das Misericórdias, independentemente da sua localização e da sua dimensão, caracterizam-se por serem constituídos por diversos espaços (igreja, casa do despacho, sacristia, enfermaria, arquivo, botica e outras dependências), destinados a diversas funções: celebração de missas, reunião dos irmãos, arrumação de objetos litúrgicos e de equipamentos para enterro dos defuntos e procissões, conservação de cereais e manutenção de documentos, entre outras, ou seja, diversas ações inerentes ao quotidiano confraternal. Esta conjugação de funções torna a Casa da Misericórdia um edifício complexo, mesmo que se esteja a falar de edifícios de pequenas dimensões.

A segunda ideia merecedora de nota é a de que um edifício que evidencie estas características não se coaduna com a classificação tipológica de arquitetura religiosa. Neste sentido, e considerando também a designação coeva que surge na documentação, os edifícios construídos pelas confrarias da Misericórdia só podem ser entendidos, primeiramente, como conjuntos arquitetónicos, e não como espaços isolados e autónomos. A noção de conjunto articulado de espaços é evidente, pela forma como as dependências se dispõem planimetricamente e comunicam entre si. Em segundo lugar, esta arquitetura deve ser pensada como arquitetura civil, dado que é promovida por confrarias – instituições assistenciais – e os edifícios servem as múltiplas atividades inerentes ao quotidiano confraternal, incluindo a gestão administrativa e financeira e a assistência, mas também o culto e as práticas devocionais²².

Embora as Casas da Misericórdia incluam uma igreja, um espaço religioso, a sua existência deve ser encarada no âmbito assistencial. A maioria das ações religiosas e culturais promovidas por estas confrarias, que tinham como cenário a igreja, integrava-se no foro do cumprimento das Obras de Misericórdia, nomeadamente «enterrar os mortos» e «rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos». Outras ações que se realizavam no mesmo local, como a eleição dos oficiais responsáveis pela gestão da confraria ou a celebração de missas antes da reunião semanal dos mesmos oficiais, constituíam-se como formas de sacralização e legitimação de ações de âmbito temporal.

O carácter civil da Casa da Misericórdia é reforçado pelas características gerais da sua volumetria exterior e pela forma como se organizam as suas fachadas, nomeadamente pela ausência de elementos claramente relacionados com uma função religiosa, como símbolos religiosos, torres, empenas triangulares, entre outros, assim como por uma integração urbana discreta [fig. 9-11]. Estas características conferem a esta tipologia de edifícios



Fig. 11. Azinhaga. Casa da Misericórdia.



Fig. 9. Louriçal. Casa da Misericórdia.



Fig. 10. Viana do Alentejo. Casa da Misericórdia.

uma proximidade, na sua aparência exterior, à arquitetura civil, ou seja, apesar de conterem igrejas no seu interior, exteriormente, o que se destaca é o conjunto do edifício e fachadas, que evidenciam uma lógica de arquitetura civil na sua conceção. Algumas Casas da Misericórdia apresentam fachadas principais laterais e não axiais, facto que reforça a aparência civil do edifício, pois esta tipologia de entrada não permite o uso de remate em empena angular, mas o remate reto, o que desfavorece a sua as-



Fig. 12. Castro Verde. Casa da Misericórdia, fachada principal lateral.



Fig. 13. Alenquer. Casa da Misericórdia, fachada principal lateral e campanário.

sociação a um edifício religioso [fig. 12]. A existência de um campanário em nada altera esta questão que se tem estado a discutir [fig. 13], pois outros edifícios civis quinhentistas também exibiam pequenos campanários, como, por exemplo, as antigas casas da câmara de Alverca, Arraiolos, Castelo Branco, Muge, Pavia, São Vicente da Beira, Tomar, Vila Flor ou as antigas cadeias de Almodôvar, Estremoz e Mirandela.

Considerações finais

O presente texto procura dar um contributo para uma abordagem global ao fenómeno arquitetónico no contexto das Misericórdias, partindo da análise sistemática da arquitetura quinhentista das Misericórdias e do estudo da documentação coeva que se refere ao mesmo fenómeno. Este contributo apresenta duas vertentes: por um lado, ao nível da definição da relação que as Misericórdias estabeleceram com a arquitetura; por outro, no domínio da caracterização da arquitetura produzida pelas Misericórdias entendida como um todo, nomeadamente no entendimento conceptual da Casa da Misericórdia.

Relativamente ao primeiro ponto, destaca-se que, num primeiro momento, devido a constrangimento relacionado com o facto de serem instituições recentes e terem poucos recursos financeiros, as Misericórdias recorreram a espaços preexistentes, nos quais instalaram a confraria, realizavam a reunião dos irmãos, celebravam as missas e praticavam alguns atos assistenciais. Alguns destes edifícios eram construções de natureza civil – hospitais, casas de confrarias, casas particulares ou sedes de municípios –, revelando uma afinidade entre estas instituições e as Misericórdias. Estes edifícios ou foram abandonados ou foram reformulados arquitetonicamente para melhor se adaptarem à atividade desenvolvida pela Misericórdia.

No que se refere ao segundo aspeto, que se relaciona com o conceito de “Casa da Misericórdia” e com a sua classificação tipológica, a proposta que apresentamos é uma sugestão alternativa relativamente à que tem sido defendida pela historiografia e que se baseia, por um lado, na terminologia que surge na documentação para designar os edifícios das Misericórdias – “Casa da Misericórdia” – e, por outro, nos vestígios que ainda subsistem destas construções. A conjugação destes dois dados deixa perceber a harmonia existente entre ambos. Os edifícios construídos pelas confrarias da Misericórdia são conjuntos edificadas, compostos por diferentes espaços: igreja, casa do despacho, casa das tumbas, cartório, pátio, cemitério, sacristia, enfermaria, botica, entre outros, cada qual com uma função muito específica no contexto do quotidiano confraternal e interligado com os restantes de acordo com uma dinâmica própria da vivência e ação da confraria. Assim, as Casas da Misericórdia apresentam uma conceção, organização e hierarquização própria que é definida em função de diversos fatores, nomeadamente dos recursos financeiros e materiais da confraria da Misericórdia, do facto de esta gerir ou não algum hospital preexistente e de a própria Casa da Misericórdia ter tido origem num edifício preexistente, entre outros.

Tendo em conta que os edifícios onde estão instaladas as confrarias da Misericórdia são conjuntos arquitetónicos, com-

postos por vários espaços, não faz sentido designá-los por “igreja da Misericórdia”, “igreja e casa do despacho” ou “igreja e hospital”, e isto por vários motivos: primeiro, porque fazê-lo é reduzi-los e simplificá-los; depois, porque a documentação coeva não os designa deste modo; e, por último, porque não corresponde à realidade construída. Procurando uma alternativa, encontramos-na na expressão que surge nas fontes escritas – “Casa da Misericórdia”. Esta no-

menclatura é expressiva, uma vez que exprime o que foi efetivamente construído, assim como a identidade patrimonial das Misericórdias, o que lhes é artística e arquitetonicamente próprio. A designação “Casa da Misericórdia” não exprime valores religiosos, logo, expressa também o que se considera ser a mais adequada classificação tipológica para estes edifícios, ou seja, a essência assistencial da instituição, logo, a natureza civil desta construção.

⁷ Texto realizado no âmbito do projeto “Hospitalis – Arquitetura hospitalar em Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização (PTDC/ART-HIS/30808/2017)”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ Dos trabalhos de carácter histórico-artístico realizados para períodos anteriores à Contemporaneidade, destacam-se: N. BORGES, *O Hospital termal das Caldas da Rainha: arte e património*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998; J. Balsa de Pinho, *A Casa da Misericórdia, as confrarias da Misericórdia e a arquitectura portuguesa quinhentista*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012; L. SILVA, *Arquitetura das estruturas de assistência no norte de Portugal (século XII a XVI)*, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017; V. MAGALHÃES, *Hospital e poder sob o signo do Absolutismo esclarecido*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.

² Das abordagens temáticas, salienta-se a investigação de Augusto Moutinho Borges sobre os hospitais militares (*Reais hospitais militares em Portugal: 1640-1834*, Coimbra 2009).

³ Destacam-se as obras: J. QUARESMA, *Albergaria, hospital e misericórdia de aldeia-galega do Ribatejo: apontamentos e lembranças para a sua história*, S.l. 1948; I. DA ROSA PEREIRA, *O Hospital do Espírito Santo da vila de Castanheira*, Lisboa 1971; A. ANICA, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira: da fundação à actualidade*, Tavira 1983; L. MATA, *Ser, ter e poder: o Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Leiria 2000; S. CONDE, *O Hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*, Sesimbra 2004; A. SILVA, *O Hospital da Confraria de S. Francisco – Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor: das origens a 1850*, Ponte de Sor 2005; O. COSTA, *O Hospital grande de Nossa Senhora da Piedade de Beja: uma experiência inovadora no alvorecer da Modernidade*, tese de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008; V. MAGALHÃES, *O Hospital novo da Misericórdia de Viseu: assistência, poder e imagem*, Viseu 2011; F. CARRAPICO, J. PALHINHA, *A Misericórdia velha de Portimão e o seu hospital: subsídios para o estudo da história Local*, Lisboa 2015.

Existem também algumas abordagens monográficas, mas de âmbito regional: J. LOPES DIAS, *Misericórdias e hospitais da Beira-Baixa*, in «Revista Clínica, Higiene e Hidrologia», 7, 1938; P. DE MAGALHÃES BASTO, *Hospitais do norte de Portugal*, Porto 1982; M. BARREIRA, *Dos hospitais da Misericórdia ao Hospital distrital Infante Dom Pedro: os hospitais de Aveiro*, Aveiro 2001; J. FONSECA, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, Montemor-o-Novo 2004.

⁴ Destas investigações, salientam-se as teses de doutoramento em Arquitetura de Helena Gonçalves Pinto (*A cura e a arquitectura: história da arquitectura hospitalar portuguesa na época contemporânea: da programação à tipologia arquitectónica*, tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2015) e de José Carlos Avelãs Nunes (*A arquitectura dos sanatórios em Portugal: 1850-1970*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2017).

⁵ Para um estado da questão relativo aos estudos histórico-artísticos que incidem sobre as Misericórdias, ver J. Balsa de Pinho, *A Casa da Misericórdia...*, cit., pp. 53-83.

⁶ Sobre a reforma da assistência a nível europeu, ver J. Balsa de Pinho, *Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séc. XIV-XVI)*, in *Omnium Sanctorum. O Hospital Real de Todos-os-Santos e a cidade*, Lisboa 2020 (no prelo).

⁷ Sobre a reforma da assistência em Portugal, ver I. DOS GUIMARÃES SÁ, *A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu*, in «Cadernos do Noroeste», 11, 2, 1998, pp. 31-63; L. ABREU, *A especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes*, in «Arquipélago: História», II série, VI, 2002, pp. 417-434; J. Balsa de Pinho, *Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da Modernidade*, in *Omnium Sanctorum. O Hospital Real de Todos-os-Santos e a cidade*, Lisboa 2020 (no prelo).

⁸ Sobre a fundação, características e ação das Misericórdias, ver I. CARNEIRO DE SOUSA, *V centenário das misericórdias portuguesas*, s.l. 1998; I. GUIMARÃES SÁ, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa 2001; *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, J. Pedro Paiva (coord.), vols. 2-4, Lisboa 2003-2005.

⁹ Sobre o conceito de Casa da Misericórdia e as suas características arquitetónico-artísticas, ver J. Balsa de Pinho, *A Casa da Misericórdia...*, cit., pp. 186-489.

¹⁰ Cf. *Ivi*, pp. 147-186.

¹¹ Das quase sete dezenas de Misericórdias que ocuparam edifícios preexistentes, cerca de metade instalou-se em capelas e/ou casas e/ou hospitais do Espírito Santo. Cf. *Ivi*, pp. 155-160.

¹² Cf. *Ivi*, p. 160.

¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. João III*, liv. 37, c. 45v.

¹⁴ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 24, c. 198.

¹⁵ ANTT, *Memórias paroquiais*, Alverca, Torres Vedras, 1758, vol. 3, n.º 43, cc. 333-334.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Cf. o testamento de Rui Mendes Gago em J. FONSECA, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, Montemor-o-Novo 2004.

¹⁸ Arquivo do Patriarcado de Lisboa, *Registo geral*, liv. 703, Livro de registo, c. 128.

¹⁹ V. SERRÃO, *O pintor Cristóvão Vaz: mestre dos retábulos da Igreja da Misericórdia de Sintra (1581-1584)*, in «Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa», III série, 85, 1979.

²⁰ Existem algumas fotografias com a aparência geral do edifício após esta intervenção em www.monumentos.pt, pois como o conhecemos hoje resulta do restauro realizado nos anos 40 do século XX pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que o deixou na sua feição original, ou seja, com as características morfológicas que ostentaria como projetado para açougue. Ressalva-se que esta Casa da Misericórdia não dispunha de espaços para a assistência, pois geria um hospital preexistente de origem medieval na localidade. Sobre a forma como a gestão de hospitais preexistentes condicionou a conceção e organização espacial da Casa da Misericórdia, ver J. Balsa de Pinho, *A Casa da Misericórdia...*, cit., pp. 147-186.

Sobre as intervenções que os edifícios preexistentes sofreram para assim se adaptarem às necessidades inerentes ao quotidiano confraternal de uma Misericórdia, ver J. Balsa de Pinho, *Misericórdias e espaço construído: processo, contexto e motivações do uso de edifícios preexistentes*, in *A força do Espírito Santo: santidade, instituições e património*, 3 voll., Coimbra (no prelo).

²¹ Para ilustrar esta questão podiam-se selecionar diversas obras (veja-se o o estado da arte apresentado em J. Balsa de Pinho, *A Casa da Misericórdia...*, cit., pp. 53-83), no entanto, destacamos o *Kit do património 06 – Património arquitectónico: igrejas de Misericórdia (versão 1.0)*, Lisboa 2010 [Disponível em <http://www.monumentos.pt>] (acedido em janeiro de 2021).

²² Como exemplos paradigmáticos destas constatações, destacam-se os edifícios das Misericórdias de Alcochete, Alenquer, Azambuja, Lavre, Mação, Melo, Mogadouro, Odemira, Olivença, Penas Roias, Portalegre, Proença-a-Velha, Tomar, Torre de Moncorvo, Torres Novas, Viana do Alentejo e Viana do Castelo.
